

Ministério do Meio Ambiente

Relatório do 2º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC

Brasília

21 de setembro de 2018



Lêda Luz

Moderação e Relatoria

Com apoio das anotações de Wendel Andrade de Oliveira – Ideflorbio/Pará e

Renata Carolina Gatti – DAP/MMA

2º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC

21 de setembro de 2018

Brasília

OBJETIVO GERAL

Instalação do Fórum Permanente de Dirigentes de Meio Ambiente, plataforma de diálogos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Apresentar e validar os aspectos operacionais da organização do Fórum.
- Iniciar o debate sobre temas indicados como prioritários:
 - Sustentabilidade financeira: foco em compensação ambiental;
 - CNUC: foco em estratégias para aprimoramento da ferramenta para a sistematização e compartilhamento dos dados sobre as UC do SNUC.

PARTICIPANTES¹

ABERTURA

Fernando Lírio, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente saudou o grupo agradecendo a presença a todos. Observou a importância do evento para fortalecer o SNUC junto à sociedade.

Ressaltou que existem diferentes visões no ambientalismo e debater é importante. Entretanto, acredita que “se ficarmos restritos à conservação vamos perder o embate com as forças contrárias”. Lírio mencionou que “todos consideram importante a criação de unidades de conservação, mas é necessária integração das paisagens e uma boa comunicação com a sociedade e com nossos governos”, pontuando a importância de dialogar com os demais setores da sociedade e dos governos nos níveis federal e estadual. Unidades de conservação devem ser entendidas como sinônimo de desenvolvimento sustentável.

Saudou a iniciativa do fórum indicou que a articulação com estados é muito importante, integração de ações, promoção da conectividade, uso público. Acrescentou que trata-se de um desafio muito grande, mas é preciso trabalhar a comunicação que é também uma importante vertente para este processo de dar significado para as UC. Discutir UC junto com a sociedade. E esse fórum tem grande importância para troca de experiências relato de experiências exitosas, mas também para compartilhamento de experiências de que não deram certo para conhecimento coletivo.

¹ Lista de presença em anexo.

Mencionou também a dificuldade em criar novas unidades de conservação, entretanto, este ano os esforços foram bem sucedidos. Para além da criação, o grande desafio apontado por Lírio é dar sentido às unidades de conservação, ressaltando seu papel de inclusão social e desenvolvimento, inclusive para argumentar com as forças contrárias.

Destacou que esse desafio envolve recursos financeiros, criatividade e estreita relação com a sociedade. Compartilhou que em suas viagens sempre busca saber como os diferentes países lidam com as unidades de conservação.

Se a sociedade consegue entender o sentido das UC a conservação tem um aliado imbatível. Portanto, é necessário dar sentido às UC para obter sucesso na conservação: “Enquanto as questões ambientais forem de interesse apenas de quem atua na área ambiental, todas as nossas discussões estão perdidas”.



Figura 1 - Fernando Lírio, Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

HORA	ATIVIDADE
8h30	Café da manhã de boas-vindas e dinâmica de reconhecimento dos participantes
8h45	Abertura
9h00	Instalação/organização do 2º Encontro do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC
9h25	Apresentação da proposta de estruturação do Fórum
10h00	Apresentação da proposta sobre o CNUC
10h45	Compensação ambiental – estado da arte
11h30	A compensação ambiental na perspectiva do ICMBio
12h00	Diálogo em plenária
12h30	Almoço
14h00	A compensação ambiental na perspectiva do IBAMA
15h00	Trabalho de grupo sobre a compensação Perguntas orientadoras: - Quais os desafios para a execução da compensação? - O que aprendeu e recomendaria para outros Estados sobre a execução da compensação ambiental?

16h00	Compartilhamento em plenária
16h30	Intervalo
17h00	Encaminhamentos
18h00	Avaliação e Encerramento

1. Apresentação da proposta de estruturação do Fórum



Figura 2 - João Paulo Sotero, diretor do Departamento de Áreas Protegidas do MMA.

João Paulo Sotero, diretor do Departamento de Áreas Protegidas – DAP/MMA agradeceu a presença de todos, à equipe do DAP e do Funbio, que prontamente aceitou colaborar com a iniciativa.

Destacou que a expectativa do MMA é fortalecer o SNUC como sistema e para tal é necessário ter informações sobre suas características específicas, ter uma comunicação eficiente e financiamento, pois sem financiamento não tem sistema. Será necessário estimular as parcerias e oferecer segurança jurídica aos novos arranjos de parceria.

Outra necessidade apontada por Sotero foi o desenvolvimento de capacidades. Nesse sentido, algumas questões foram elaboradas: “quais as capacidades devemos desenvolver para gerir de

foram eficaz?” “Como podemos trabalhar juntos para melhorar a resposta às ameaças e ampliar a força do SNUC em diálogo com a sociedade?” “Como tornar mais fácil nosso diálogo interno como Sistema?

Renata Gatti, da equipe do DAP/MMA, seguiu com a apresentação dos detalhes operacionais da proposta.

A proposta do MMA

Para que dialogar?

Promover a comunicação, a participação e a troca de experiências entre órgãos gestores e formuladores de políticas integrantes do SNUC;

Promover o intercâmbio sobre temas e experiências relacionados ao planejamento e gestão de unidades de conservação;

Fortalecer a articulação institucional para promover a implementação do SNUC

Com quem dialogar?

3 Pontos Focais de cada OG ☑ comunicação e articulação com demais servidores do OG e com os pontos focais municipais

Como dialogar? (Requisitos)

Fórum de discussão em texto (em pares e em grupo)

Disponibilização e transferência de arquivos

Realização de web conferência

Como dialogar?

Ferramenta: *teams* Microsoft

Atende aos requisitos mínimos;

Comporta até 300 participantes;

Basta ter uma conta Microsoft (pode ser criada gratuitamente);

Diálogo em plenária

Alguns comentários foram feitos com relação ao número de pessoas que pode ser incluído e mencionou-se também a ferramenta *Trello*. Concordou-se que o uso desta ferramenta seria restrita ao Fórum de Dirigentes, ou seja, aos pontos focais indicados por cada Estado e os representantes do governo federal, incluindo MMA, IBAMA e ICMBio.

Acordou também sobre a necessidade de (i) uma agenda permanente ou agenda mínima; (ii) a realização de pelo menos um encontro anual do Fórum de dirigentes; (iii) constituir o Fórum com até 5 representantes por Estado para buscar uma melhor representatividade.

Sugeriu-se a formalização do Fórum por meio de um Ato Normativo do MMA, para facilitar a participação dos representantes.

Foram também sugestões da plenária:

- o preenchimento do formulário RENAGUC
- Fórum permanente dos estados para os municípios
- A organização de um quadro síntese de gestão de cada Estado, com itens mínimos e diretos, como: Quantas UC? Quanto de área do Estado? Qual percentual territorial de UC em relação ao total do Estado? Quantos e quais órgãos participam diretamente da gestão? Quais as competências de cada um? Quais as 2-3 principais preocupações atuais desta UF na gestão da UC? A proposta é conhecer como cada Estado funciona, e desta forma possibilitar comunicações mais precisas e diretas. E ao mesmo tempo permite a criação de grupos de interesse menores e focados.
- A criação de um *whatsapp* - (para grupo apenas com tomadores de decisão, mais enxuto).
- Encontros semestrais do Fórum para iniciar o processo, depois pode ser anual.
- Compromisso dos Estados em repassar informações ao municípios

Temas de discussão do Fórum

- CNUC
- Sustentabilidade financeira (natureza jurídica da compensação)
- Criação de unidades de conservação
- Ferramentas de Gestão
- Comunicação com a sociedade
- Integração das unidades de conservação à paisagem
- Sobreposição – dupla afetação
- Regularização fundiária
- Uso público/concessões

2. Apresentação da proposta sobre o CNUC

André Lima, do Departamento de Áreas Protegidas do MMA, apresentou a base legal do CNUC e a situação atual do Cadastro. Destacou que o CNUC é a ferramenta oficial para dados das UC e tem informações mínimas que são definidas por lei. O Cadastro é também a ferramenta oficial para acesso a alguns recursos como compensação ambiental.

Lima Indicou que o MMA está concentrando esforços para uma nova versão do CNUC. Apresentou o resultado do levantamento realizado pela consultoria contratada para propor o módulo 2. Destacou que os órgãos gestores apresentaram uma gama grande de temas, mas que na visão do MMA o cadastro deveria ser focado em dados que subsidiariam a tomada de decisão.

Lima finalizou apresentando questões para reflexão da plenária. Algumas informações apresentadas podem ser conferidas abaixo².

Lei n° 9.985/2000 – SNUC

² Apresentação completa no anexo.

Art. 50. O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama (ICMbio) e dos órgãos estaduais e municipais competentes.

§ 1o O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

§ 2o O Ministério do Meio Ambiente divulgará e colocará à disposição do público interessado os dados constantes no Cadastro.

Portaria MMA nº 380/2005 – CNUC

http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dap_cnuc2/_arquivos/portaria_380_cnuc.pdf

Objetivos do CNUC

- Informações oficiais sobre as unidades de conservação do Brasil
- Permite o controle social da implementação e gestão do SNUC
- Conformidade das UC com normas e critérios de criação estabelecidos no SNUC
- Auxilia os órgãos gestores a se adaptarem à legislação, propiciando maior segurança jurídica às unidades de conservação.
- Subsídio para realização de diagnósticos e para a tomada de decisão.
- Desenvolvimento e monitoramento de indicadores e metas sobre a implementação e de gestão do SNUC.
- - Meta 11: Proteção de pelo menos 30% da Amazônia e 17% demais biomas e 10% área marinha e costeira
- Critérios para a destinação de recursos
- - Os recursos provenientes da compensação ambiental serão destinados exclusivamente para UC reconhecidas pelo CNUC como pertencentes ao SNUC (Art. 11 da Resolução CONAMA 371/2006).

O SNUC hoje: % por bioma e grupo



Onde queremos chegar?

- Fortalecimento do principal instrumento de gestão do SNUC;
- Transparência e controle social da implementação do SNUC;
- Fonte de informações sobre as UC, segura e atualizada, utilizada por todos os níveis de governo, academia e entidades da sociedade civil;
- Conhecimento das lacunas de gestão e direcionamento de políticas públicas; e
- Integração com outros bancos de dados ambientais.

Lima compartilhou que o aprimoramento do CNUC é hoje uma prioridade do DAP/SBio/MMA. Há a possibilidade de estabelecimento de força-tarefa nos estados para aumentar, atualizar e qualificar as informações presentes no CNUC. A receptividade dos representantes dos Estados foi positiva em apoiar o MMA a fazer isso, incluindo “pontes” com os próprios órgãos municipais

Perguntas para a plenária

- 1 - Principais problemas no cadastramento das informações?
- 2 - Qual a melhor forma de garantir que as informações das UCs sejam atualizadas periodicamente?
- 3 - Qual seria a funcionalidade do CNUC?
- 4 - Quais seriam as informações essenciais e necessárias a serem disponibilizadas no CNUC?

5 - Como os Estados poderiam contribuir para identificação e cadastramento das UCs municipais?



Figura 3 - André Lima do Departamento de Áreas Protegidas do MMA.

Sugestões da plenária para o CNUC

- ✓ Definir maneira de assegurar que UC esteja ativa – ata anual conselho?
- ✓ CNUC necessidade de fazer o recorte do cadastro por estado para usar essas informações nos sites institucionais das OEMAS. (UC federais, estaduais e municipais)
- ✓ Criar forma de “disparar” exigências periódicas de atualização das informações
- ✓ Tornar o sistema mais dinâmico, gráficos comparativos, mapas, cruzamentos de dados
- ✓ Avaliar flexibilidade para casos específicos. Parques “florestais” dos anos 70 criados por lei
- ✓ CNUC: Transparência, visibilidade, visão geral da situação, macrogestão, subsidiar tomadas de decisão e políticas públicas.
- ✓ O estado com sistema próprio pode cadastrar as UC municipais reconhecidas no CNUC (modelo básico)
- ✓ Estímulo a estruturação da gestão ambiental municipal
- ✓ Oficiar demais para atualizar suas UC anualmente (pode ser um envio automático do sistema)
- ✓ Inserir poligonais das ZA e dos corredores ecológicos de cada UC
- ✓ Possibilidade de colocar um link que direcione para outros portais (sites)
- ✓ Incluir um item relacionado a pesquisas científicas
- ✓ Ter opção de buscar a UC por nome
- ✓ Para respostas objetivas (sim/não, qual bioma, etc.) incluir opções e o responsável por inserir a UC só “ticar”.

- ✓ O relatório consolidado gerado poderia apresentar os dados no formato de gráficos e tabelas com informações agrupadas por região.

3. Compensação ambiental – estado da arte – MMA e Funbio

João Paulo Sotero, diretor do Departamento de Áreas Protegidas – DAP/MMA demonstrou satisfação com instalação do fórum e ressaltou a importância de todos se enxergarem como sistema e não como concorrentes por recursos. Destacou também que o papel do MMA é de coordenação mas que a perspectiva é de ter uma coordenação dialógica, finalizou enfatizando a importância de ter foco na conservação e não perder este foco.



Figura 4 - Manuel Serrão do Funbio discorre sobre o financiamento das unidades de conservação.

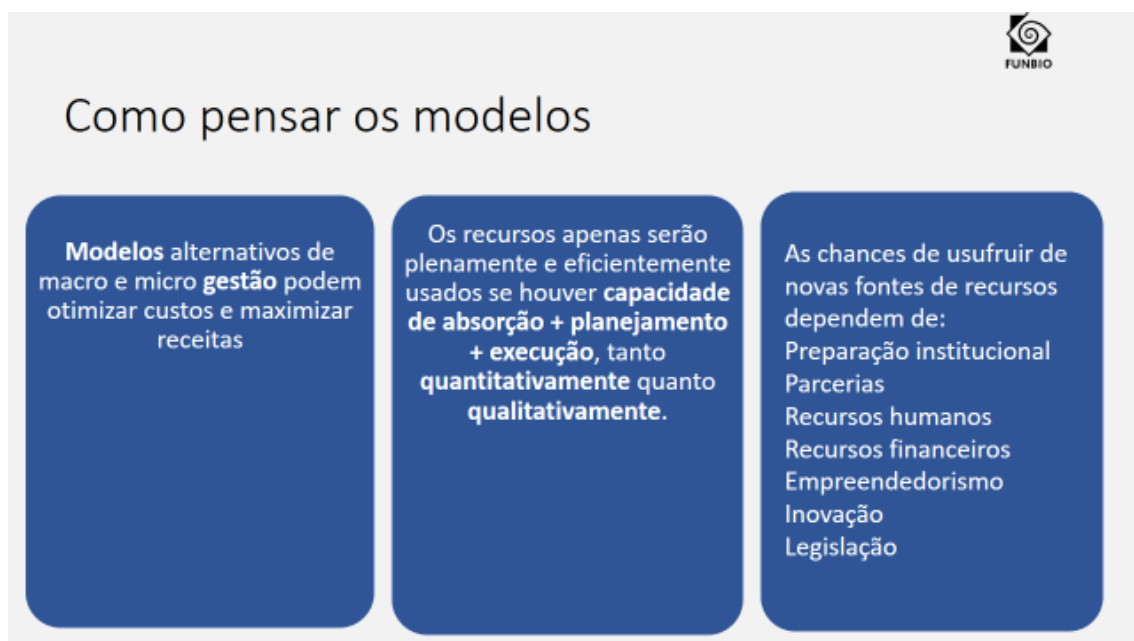
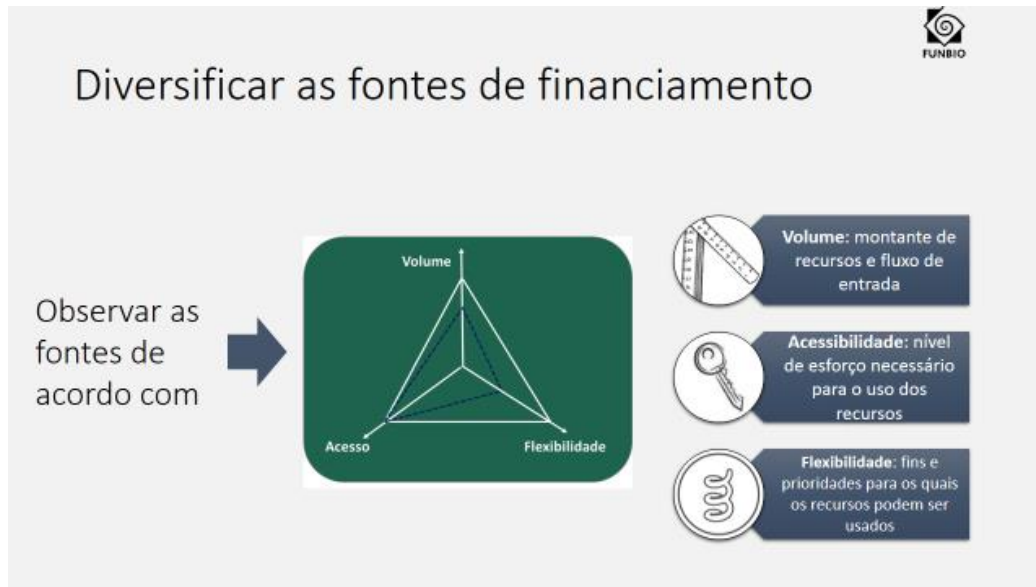
Manoel Serrão provocou o grupo indicando que conservação sem recurso não é conservação. Reforçou que é preciso diversificar fontes e construir modelos de longo prazo. Destacou que é importante observar volume, acessibilidade e flexibilidade das fontes. Indicou que há um risco de pensar financiamento para UC focado em recursos externos, sendo que estes deveriam ser instrumentos de implementação das políticas públicas e não um fim em si mesmo.



Figura 5 - Andrea Mello do Funbio fala dos diferentes modelos de execução da Compensação Ambiental.

Andreia Mello complementou apresentando os modelos de execução para compensação ambiental. Destacou que pontos importantes como planejamento (necessidades reais das UCs);

governança, procedimentos e outros. Como aspectos críticos destacaram segurança jurídica, capacidade de absorção, execução e vontade política. Apresentaram os estudos que o Funbio já realizou sobre a compensação em alguns Estados brasileiros.

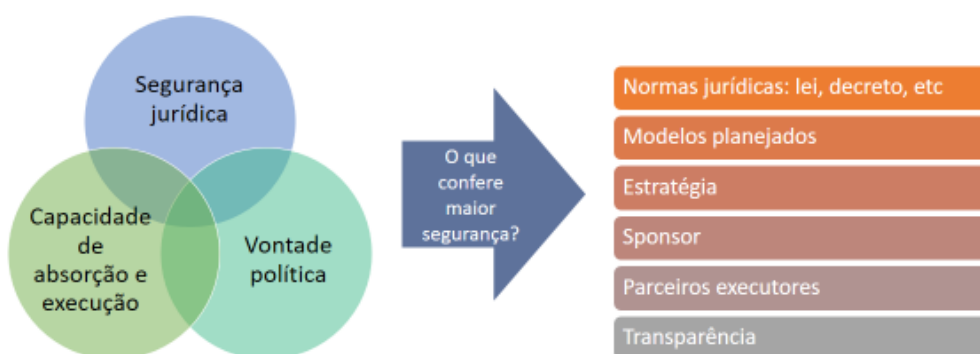


A principal fonte, ainda que percentualmente baixa em dedicação, ainda são os orçamentos públicos. A questão atual é que a média de investimentos dos tesouros públicos pró agenda

ambiental não é superior a 2% no melhor dos cenários. Se a conta não fecha, é preciso pensar em novos arranjos para cobrirmos tanto custeio, quanto investimento, mencionou Serrão.

Sobre a compensação ambiental

Quais os aspectos críticos?



Manuel e Andrea mencionaram o mecanismo desenvolvido pelo Estado do Rio de Janeiro, que vem dando bons resultados.

4. Compensação ambiental na perspectiva do ICMBio

Ricardo Brochado, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio compartilhou a linha do tempo dos marcos legais da Compensação Ambiental e a situação atual da compensação na instituição com a LEI Nº 13.668 – 2018, altera as Leis nos 11.516, 28/08/07, 7.957, de 20/12/89, e 9.985, de 18/07/2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo IBAMA e pelo ICMBio.

Ricardo compartilhou que o ICMBio está em processo de implementação da Compensação Ambiental e recentemente foi finalizada a seleção pública que implicou na contratação da Caixa Econômica Federal como agente financeiro para recepcionar e executar a Compensação Ambiental, que na esfera federal é entendida como de natureza jurídica privada. O funcionamento deve consistir na recepção de CA pela Caixa, vinda dos empreendedores, para execução dos itens deliberados e destinados às UC pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF/IBAMA).

Destacou que a adesão ao fundo pelo privado é opcional mas que a perspectiva é que tenha grande adesão, pois é mais prático e dá a quitação. O termo de compromisso é assinado entre o empreendedor e o órgão da mesma forma que no modelo anterior. Sobre a titularidade do imóvel, no caso da regularização fundiária, Ricardo indicou que os detalhes desse processo ainda não estão definidos, mas que a perspectiva do ICMBio é que a titularidade saia em nome do órgão. Julia Zapata, do ICMBio, indicou que poderá buscar o refinamento das discussões internas sobre a titularidade com a coordenação específica e compartilhar posteriormente com o grupo. Esclareceu que a execução dos recursos pelo fundo poderá ser pela caixa ou por contratada por ela, isso ainda não está totalmente definido ainda, mas que em princípio haverá previsão para ambos.

Ricardo indicou que os próximos passos são:

- ✓ § 4º O regulamento e o regimento interno do fundo observarão os critérios, as políticas e as diretrizes definidas em ato do ICMBio.
- ✓ Caixa Econômica abre CNPJ;
- ✓ Celebração de Termos de Compromisso com empreendedores;
- ✓ 2018 Fundo recebendo recursos;
- ✓ 2019 início da execução.

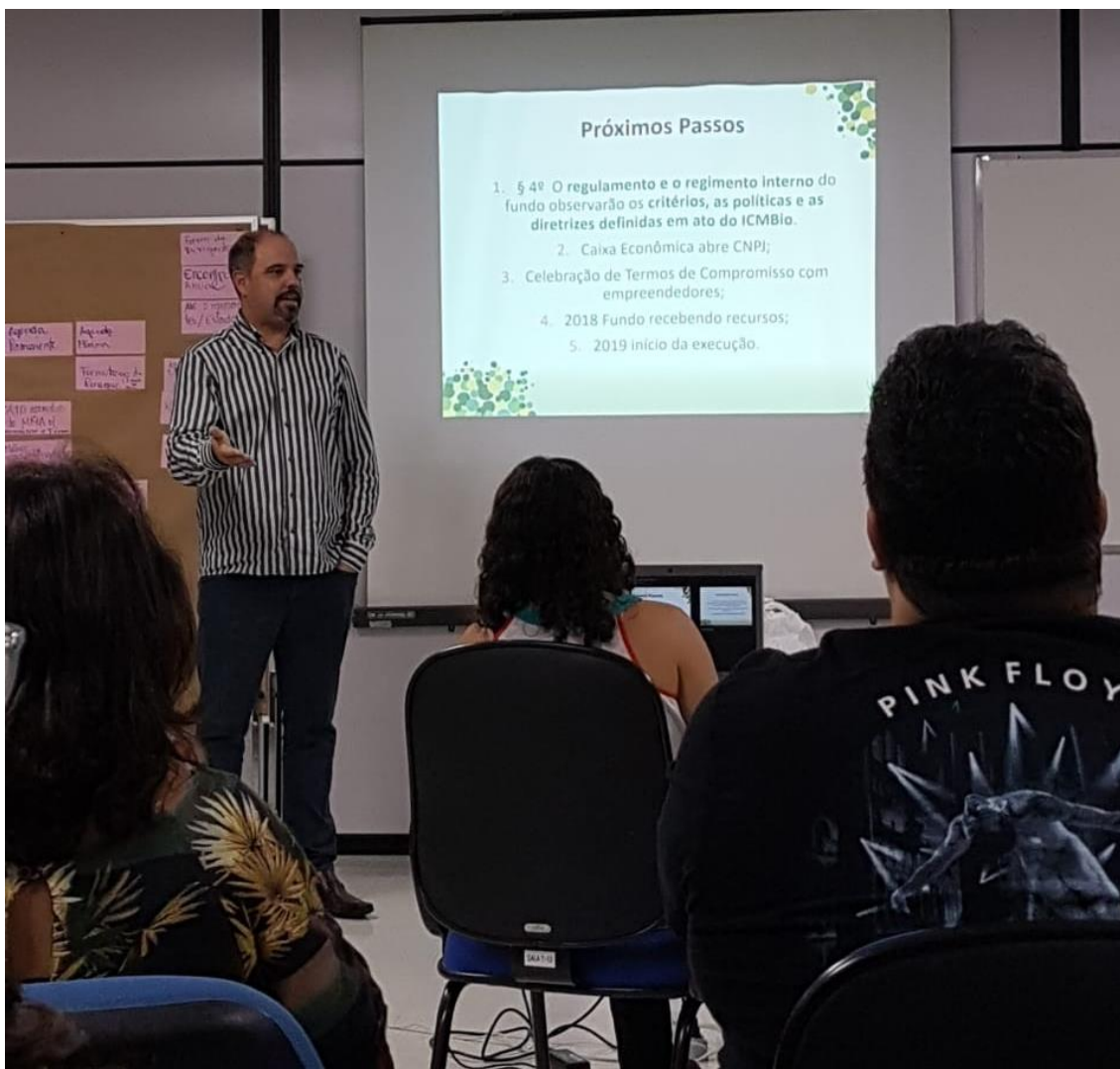


Figura 6 - Ricardo Brochado, Diretor da DIMAN do ICMBio.

Finalizou convidando os presentes para seminário sobre o novo marco regulatório da compensação ambiental em 27/11 em Salvador Bahia. Indicou também os links para arquivos relacionados ao tema no site do ICMBio.

Diálogo em plenária

O mecanismo desenvolvido e aplicado pelo Estado do Rio de Janeiro consiste na escolha de dois tipos de gestores, um financeiro e outro operacional.

Mencionou-se também a importância de otimizar o trabalho de elaboração de termos de referência e acompanhamento dos serviços prestados por terceiros.

Ricardo, do ICMBio, compartilhou que a instituição tem realizado um esforço grande de padronização de procedimentos, das especificações e dos termos de referências para facilitar

todo o processo de trabalho. Mencionou que este trabalho é fundamental para a instituição que está presente em todo o Brasil.

Sobre essa preocupação os representantes do RJ compartilharam que o mesmo técnico que elabora o Termo de Referência irá acompanhar o processo e aprovar o produto. Os gargalos de padronização de especificações estão superados, mas existem gargalos no acompanhamento e aprovação dos produtos, em função da limitação de pessoal.

Manuel Serrão, do Funbio, ressaltou que o dinheiro tem custo e é preciso refletir o que cada proposta vai custar. Projetos são micro, possuem início, meio e fim; já a gestão de UC é macro, um processo que não finaliza, é preciso prever recursos para ações continuadas e de manutenção, não apenas investimentos. Essa reflexão é importante ser levada em conta no momento de financiar as UC.

É necessário um esforço para ter escala para serviços, obras e bens. O caminho é a especificação padrão para ganho de escala e otimização das equipes. Apesar de algumas dificuldades existirem ainda há muito espaço para padronizar.

Manuel Serrão mencionou também a Medida Provisória número 851/2018 sobre fundos patrimoniais, depois do incêndio no Museu Nacional, que está em fase de consulta. Importante prestar atenção, recomendou Serrão! Pois pode ajudar nas dúvidas sobre a estrutura de contratação de agente financeiro e executor operacional.

Manuel enfatizou também a importância de refletir sobre a locação estratégica dos quadros institucionais, avaliar as ações que podem ser terceirizadas e concentrar o tempo das equipes nas ações relevantes. Lembrou que outro desafio é a formação de fornecedores e a necessidade de avançar em mecanismos de avaliação dos fornecedores, por meio de um olhar sistemático.

5. Compensação ambiental na perspectiva do IBAMA³

Luciano Oliveira, da Divisão de Compensação Ambiental Federal da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA apresentou a definição, o marco legal, os procedimentos adotados para o funcionamento da câmara de compensação e os critérios para destinação dos recursos, além dos desafios encontrados na execução da compensação ambiental federal.

³ Apresentação completa em anexo.

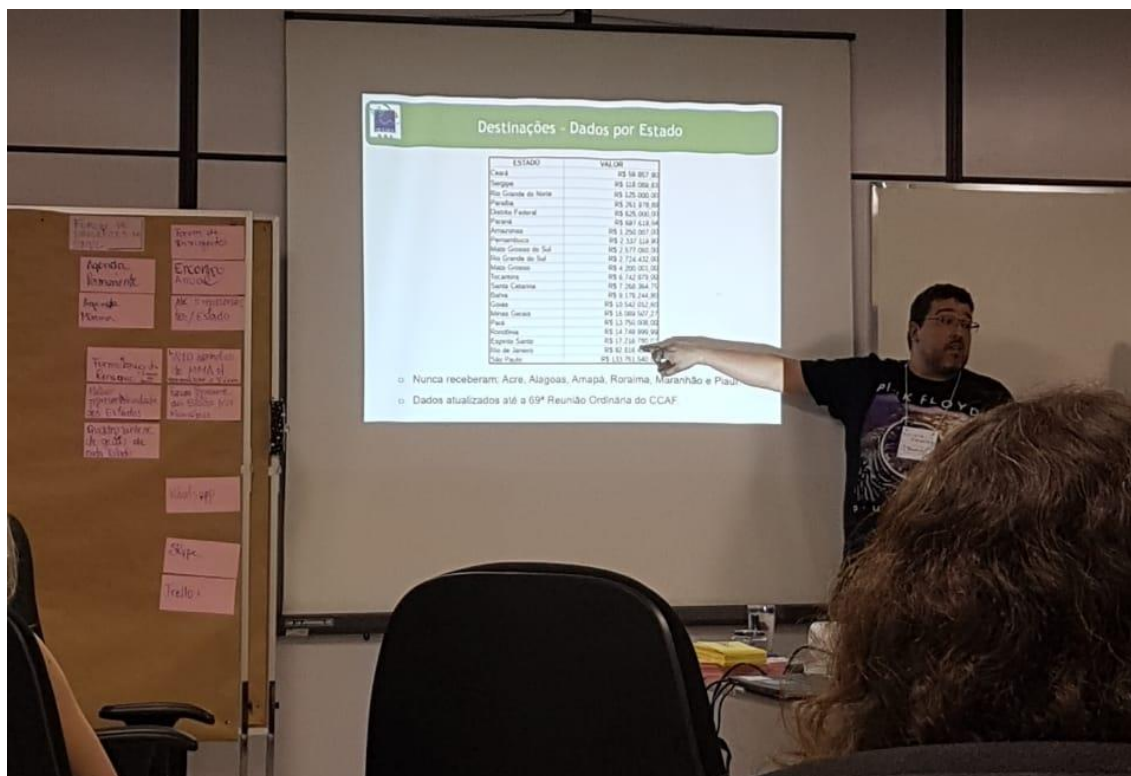


Figura 7 - Luciano Oliveira do IBAMA

Trabalho de Grupos

Os participantes foram organizados em grupos, conforme abaixo, para responder duas perguntas orientadoras:

- ✓ *Quais os desafios para a execução da compensação ambiental?*
- ✓ *Quais os aprendizados/recomendações sobre a execução da compensação ambiental?*

1. AC, AM, AL, MT
2. PB, PE, Pa, MT
3. CE, SE, Ba, RS
4. RJ, MG, ES, RN
5. MA, DF, SC, TO

Resultados dos Trabalhos

Os resultados foram organizados em painel segundo a similaridade das ideias.

Desafios

- Falta de estrutura administrativa/institucional
- Para o Acre criar câmara de compensação
- Procedimentos para prestação de contas
- Elaboração de TRs (principalmente da área de engenharia civil, obras e reformas)

- Falta de pessoal qualificado para elaboração de TR
- Deficiência na percepção da Compensação Ambiental pelos atores
- Falta de padronização dos entendimentos das Procuradorias Gerais dos Estados
- Definir modelo de execução da compensação
- Falta de normatização
- Implementação e atos normativos para funcionamento das Câmaras técnica de C.A. (SE)
- Operacionalização dos recursos máquina pública
- Colocar a execução direta para rodar (MG)
- Demora na execução de obras e projetos (tempo)
- Execução dos recursos federais por meio do FMA (RJ)
- Recursos cai no caixa único do estado – executar (MG)
- Execução indireta (Bahia)
- Parâmetros de criticidade do valor do empreendimento
- Garantir a qualidade dos produtos entregues
- Aplicação adequada dos recursos de Compensação Ambiental
- Interferência política na destinação dos recursos
- Garantia do depósito dos recursos de Compensação Ambiental
- Aplicação de Compensação Ambiental em regularização fundiária

Recomendações

- Que as instituições federais apoiem e instruem procedimentos de institucionalização das Câmaras de Compensação nos Estados.
- Integração: Estados x IBAMA para acesso e destinação dos recursos.
- Definir padrão para Compensação Ambiental nacional respeitando as regiões
- Articulação política e jurídica
- Arcabouço legal instituído
- A partir das demandas, buscar exemplos bem sucedidos
- Padronização de procedimentos para gestão de recursos
- Implementação de um mecanismo financeiro e operacional para execução de recursos
- Separação gestor operacional x gestor financeiro
- Buscar modelos eficazes de aplicação

- Realizar workshop específico sobre compensação ambiental
- Blocos de capacitação conjuntas
- Considerar a natureza jurídica e a área de atuação de cada empreendedor nas decisões de destinação
- Elaboração de plano integrado de comunicação
- Controle externo na execução da compensação ambiental
- Transparência na aplicação da compensação ambiental
- Promover a transparência e comunicação
- Transparência na execução dos recursos compensatórios
- Garantir a consulta aos conselhos gestores das UC quando da destinação dos recursos
- Abordar a Compensação Ambiental nas audiências públicas (EIA) para ampliar participação social
- Criação de um banco de dados/processos de acompanhamento de destinação de recursos
- Contas temáticas para aplicação de recursos da Compensação Ambiental
- Considerar processos de UC a serem criadas para a destinação de recursos
- Criar cadastro de empresas para execução de serviços

Avaliação

- ✓ Importante multiplicar as informações junto às equipes dos Estados;
- ✓ Enriquecedor. Grupos de trabalho foi produtivo. Agradece ao MMA e Funbio;
- ✓ Vale à pena o recurso investido;
- ✓ Uma capacitação para os participantes, pensar nos diferentes biomas. Sai com mais bagagem;
- ✓ Oportunidade de nivelar informações sobre diferentes temas;
- ✓ Parte do sonho de trabalho. Deu ânimo e motivação;
- ✓ Interessante. Fortalece o “muro” frente às forças contrárias à conservação;
- ✓ Rede para fortalecer;
- ✓ Beleza de ver assuntos pertinentes;
- ✓ Importância de trazer o CNUC e a Compensação Ambiental - MMA, ICMBio, IBAMA e Estados. Importância da articulação, aproximação dos diferentes setores – áreas meio e fim de cada instituição;
- ✓ Agradecimento. Possibilitou visualizar diferentes soluções.

- ✓ Cordialidade de tod@s!
- ✓ Pactuar fortalece a agenda!
- ✓ Agradecimento. Os temas devem ter continuidade. Que o Fórum fomente políticas públicas;
- ✓ A celeridade dos dois encontros mostra que a iniciativa vai dar certo. Aprimorar os modelos a partir da experiência dos demais;
- ✓ Momento com sentido especial – esperança – desafios gigantes. “Dar sentido às UC”. Sai fortalecida com a certeza que pode fazer a diferença.